



Recebido em 27/02/2022

Aceito em 29/08/2022

DOSSIÊ

Dois de Julho: Festas de Caboclo e Cabocla e a Guerra de Independência na Bahia

Dois de Julho: Festas de Caboclo and Cabocla and the War of Independence in Bahia

Sérgio Armando Diniz Guerra Filho

Universidade Federal do Recôncavo Baiano

<https://orcid.org/0000-0001-8962-8395>

Resumo: O artigo discute as relações possíveis entre os fatos relacionados à Guerra de Independência na Bahia – ocorrida entre junho de 1822 e julho de 1823 – e as festividades relacionadas ao fato, em desfiles de Caboclos e Caboclas em diversas cidades da Bahia.

Palavras-chave: Identidade Nacional. Independência. Festas.

Abstract: The article discusses the possible relationships between the facts related to the War of Independence in Bahia – which took place between June 1822 and July 1823 – and the festivities related to the event, in parades of Caboclos and Caboclas in several cities in Bahia.

Keywords: National Identity. Independence of Brazil. Parades.

Introdução

No dia 7 de janeiro de 2022, realizou-se em Itaparica, na Baía de Todos os Santos, um cortejo inédito: imagens de Caboclos e Caboclas, vindas de outros municípios do recôncavo baiano, reuniram-se aos festejos locais da Independência do Brasil na Bahia. Depois de percorrerem algumas ruas de Itaparica, cada qual aos cuidados dos seus concidadãos e concidadãs em seus carros verde-amarelos enfeitados com flores, frutas e folhas, perfilavam-se numa das entradas da cidade, a Fonte da Bica, onde o Caboclo de Itaparica veio lhes receber e saudar, antes de partirem para uma nova caminhada. Moradores, veranistas e pessoas em geral que foram ver o evento acompanhavam as imagens enquanto espectadores de diversas qualidades batiam palmas e gritavam vivas aos caboclos, e caboclas, à Bahia, ao Brasil, à Independência.

Todo ano, em diversos municípios da Bahia, desfiles como esse ocorrem em festas do Ciclo do Dois de Julho. A novidade do evento acima descrito foi a reunião das imagens de diversas localidades – todas peças centrais em suas respectivas festas locais – num só cortejo. As festas de Caboclo e Cabocla fazem referência à Guerra de Independência travada na Bahia entre junho de 1822 e julho de 1823 e são realizadas desde os primeiros anos após a Independência. Em certo sentido, a própria entrada do Exército

Pacificador na Cidade da Bahia já foi, em si, um desfile. Já nos anos seguintes, uma parada oficial passou a ser acompanhada por um carro puxado por populares, em cima do qual, postava-se um mestiço, um índio, primeiro, uma pessoa, depois, uma estátua. (KRAAY, 2000. p. 53) As festas do Dois de Julho são, assim, tão antigas quanto a própria guerra que lhe deu origem.

O objetivo deste texto é fazer uma reflexão acerca das possibilidades de explorar as relações entre uma coisa e outra – a guerra e a festa – buscando entender o que cada um destes objetos tem a elucidar sobre o outro. Acredito que isso pode ser uma forma de superar dois limites que encontramos na historiografia sobre a Guerra de Independência na Bahia: primeiramente, uma narrativa centrada nas autoridades e grandes proprietários que, se não apaga, esmaece o protagonismo das classes populares, pessoas comuns, sem as quais não seria possível lutar e vencer a guerra; junto a isso, a luta pela Independência é muitas vezes restrita às ações políticas e militares em Cachoeira – sede do governo rebelde – e aos acontecimentos militares ocorridos nos arredores da capital baiana. As festas podem nos contar mais.

Inicialmente, apresentarei um panorama do que foi a Guerra da Bahia, após o que farei uma breve descrição de algumas das festas do ciclo do Dois de Julho realizadas em cidades no interior do Estado, além da capital, Salvador. São cerca de uma dezena de festas, restritas, na presente análise, àquelas que pude pessoalmente conhecer, observar e registrar em fotografias e vídeos.¹ Em seguida, travarei diálogo entre uma bibliografia que trata de festas, festejos e folguedos e os fatos já patentes, e outros ainda pouco divulgados, envolvendo tanto a Guerra quanto sua comemoração. Como forma de conclusão, levantarei as possibilidades que este exercício pode trazer para a compreensão disto que já foi descrito como “mito de origem” da identidade baiana. (REIS, 1989. p. 79)

A Guerra de Independência na Bahia e o Dois de Julho

Os estudos sobre a Independência do Brasil na Bahia já consolidaram uma certa narrativa que encadeia os fatos acontecidos entre 25 de junho de 1822 e 2 de Julho de 1823, transformando Salvador e o Recôncavo no palco da Guerra da Bahia, dando como início da guerra, as disputas ocorridas na vila da Cachoeira, quando baianos e portugueses se enfrentaram. São comuns, ainda, alusões aos tiroteios, correrias e movimentação de tropas ocorridas na capital da província alguns meses antes, em finais de fevereiro de 1822, quando, pela primeira vez, as linhas identitárias que dividiam os portugueses do reino dos portugueses da América se manifestaram, na Bahia, em forma de violência mútua, dando vez a conflitos armados abertos. Quanto ao desfecho desta epopeia, não há vacilações: é a entrada das tropas “brasileiras” na Cidade da Bahia, libertando definitivamente a Província do Exército “português”, em 2 de julho de 1823, dando fim à Guerra que começara pouco mais de um ano antes, integrando a Bahia ao

¹ São elas as festas de Cachoeira e São Félix, Itaparica, Santo Amaro, Salinas das Margaridas e Saubara. Deve-se notar, aqui, a ausência da cidade de São Francisco do Conde, que teve papel importante no processo de independência, mas que hoje, segundo informações de moradores, apenas participam das festividades do Dois de Julho na passagem do “Fogo Simbólico”, que sai de Cachoeira e cruza o recôncavo até Pirajá.

Império do Brasil. (AMARAL, 1957; TAVARES, 2005; PINHO, 1972; REIS, 1989; GUERRA FILHO, 2004)

A entrada do Exército Libertador (ou Pacificador, como era chamado na época da guerra) é lembrada, segundo alguns autores, desde o ano seguinte ao término da guerra, com um desfile que repete parte do trajeto feito pelas tropas brasileiras que entraram na capital, já abandonada na virada do dia 1º para o dia dois de julho. Este dia é, ainda hoje, feriado estadual e o desfile recebe grande afluxo de gente da capital e do interior do Estado, além de razoável atenção por parte da mídia local e, principalmente em anos eleitorais, de políticos em pré-campanha eleitoral. Os festejos do Dois de Julho em Salvador também mereceram estudos e pesquisas – é verdade que menos numerosos – que abordaram as festas no decorrer dos séculos XIX e XX. (ALBUQUERQUE, 1999; KRAAY, 2000; BALDAIA, 2018; COUTO e MOURA, 2019)

As abordagens acadêmicas sobre ambos os objetos – a Guerra de Independência e a Festa do Dois de Julho – possuem duas características limitadoras que devem ser registradas: primeiramente, estas pesquisas são quase que inteiramente focadas no eixo Recôncavo-Salvador – pode-se dizer, sem muito exagero, Cachoeira-Salvador; por outro lado, estas pesquisas foram feitas em arquivos tradicionais, baseadas em documentos manuscritos ou impressos ali depositados, limitando, quase sempre, a narrativa da guerra a uma visão das elites – autoridades civis e militares, senhores de terras e escravos, grandes proprietários – todos homens brancos, sendo raras – e, quando existentes, genéricas – as menções a personagens populares. Obviamente, estas pesquisas foram de fundamental importância para o conhecimento dos eventos em questão e, em um âmbito mais amplo, para a compreensão da história da Bahia, dada a importância desse evento.

Caboclos e Caboclas no interior da Bahia

Se, por um lado, as festas de independência pelo recôncavo baiano têm pontos em comum com a festa de Salvador, por outro, apresentam nuances diferentes em cada cidade, com uma dinâmica, ordem e tempos próprios.² Além disso, tais festas relacionam-se com ciclos e elementos festivos da cultura de cada um dos municípios onde acontecem, se integrando com narrativas e personagens específicos dos acontecimentos relacionados estritamente à Guerra de Independência. Assim, o Caboclo e a Cabocla, sendo considerados por muitos os personagens principais das comemorações do Dois de Julho em Salvador, continuam presentes nas festividades das cidades do interior baiano, ganhando características e significados próprios. A seguir, farei considerações acerca de algumas dessas festas em cidades do interior baiano.

² É bem provável que a festa de Salvador seja a mais antiga de todas. Apesar de ouvir-se em alguns momentos que as outras festas também começaram em 1824, não há registro histórico que lhe dê sustentação. Para Itaparica, Ubaldo Osório cita, em 1825, um sermão proferido pelo frei Joaquim das Mercês e, em 1844, a fundação da Sociedade Sete de Janeiro, responsável por organizar os festejos de Itaparica. Registra-se o “Carro do Caboclo” e seu itinerário festivo no ano de 1856. (p. 548 e SS.) Já no século XX, o autor se refere à mudança de nomes de ruas homenageando os heróis da Guerra, discursos de 7 de Janeiro, construção de monumento, sendo o Caboclo referido apenas para o Desfile do Centenário, em 1923. (OSÓRIO, 1979).

As festividades de independência de Santo Amaro, Cachoeira e Itaparica, três das principais vilas envolvidas na guerra contra os portugueses, acontecem, por exemplo, em datas diferentes da comemoração da capital. Estas cidades, ainda vilas nos anos 1820, estavam entre as mais populosas da província da Bahia no período da Guerra e foram palcos de grande importância para o desenrolar dos fatos ligados à independência do Brasil na Bahia. As datas em que a independência é comemorada nestas cidades estão relacionadas a fatos da guerra ou de sua preparação – fatos que foram exclusivamente protagonizados nestas vilas ou pela população local.

Santo Amaro foi a primeira vila da Província da Bahia, em 14 de junho de 1822, a aclamar D. Pedro como defensor perpétuo do Brasil, movimento encabeçado pela Câmara Municipal e endossado pelo “Povo e Tropa” santoamarense. Havia sido marcada para o dia 7 deste mesmo mês uma proclamação de igual intenção, que seria feita pela Câmara de Salvador. O medo da repressão por parte do General português Madeira de Melo impediu os vereadores da capital – então ocupada pelas tropas lusitanas – de tal intento. Santo Amaro assim o fez, uma semana adiante. Três dias depois da proclamação, tropas portuguesas castigaram a cidade, invadindo e pilhando casas, perseguindo e atacando populares baianos.

Em Santo Amaro, os festejos também não se limitam a um único dia. No dia 14 de junho, há solenidades na Câmara de Vereadores, onde a ata de vereança que registra os acontecimentos deste dia é sempre mencionada e reverenciada por seu pioneirismo propositivo, o qual apontava, por exemplo, a demanda por um curso superior na dita vila. É comum, ainda, a distribuição de livretos com o texto da dita Ata histórica. Nos dias de hoje, há um desfile cívico contando com a participação de filarmônicas dos distritos vizinhos, que executam hinos e músicas do repertório popular. Algumas escolas levam seus alunos para o evento e a cidade é tomada por bandeiras e bandeirolas verde-amarelas e faixas com dizeres como “Ata de Vereação de 14 de Julho de 1822: Primeiro documento em favor da Liberdade do Brasil”.

A Cabocla – guardada no prédio da Câmara de Vereadores – e seu carro – este, guardado num prédio do bairro “Dois de Julho” – desfilam apenas no dia 2 de Julho. Cabocla e carro foram arrumados, na manhã do dia 2, por funcionários da Secretaria Municipal da Educação.³ Atravessando grande extensão da cidade sob aplausos e vivas, a Cabocla é levada até a praça da Câmara, onde é visitada pela população santamarense e por moradores das redondezas.

A Ata é um elemento bastante citado pelos participantes das festividades em Santo Amaro, sendo evocada, como a faixa acima mencionada demonstra, uma certa primazia santoamarense no processo de independência. A Ata de 14 de Junho é resultado da primeira das muitas proclamações que as Câmaras do Recôncavo e de outras regiões da Província em apoio a D. Pedro, o que demonstrava um desagravo com relação às posições coloniais das Cortes de Lisboa e o domínio militar da capital baiana.

³ Milton Moura se refere a praticantes do candomblé arrumando o carro da cabocla em Santo Amaro op. cit., p. 2, mas no ano em que acompanhei a festa (2006), isso não foi ocorrido. No entanto, durante o trajeto, foi possível observar que pessoas do candomblé acompanharam de perto o carro da Cabocla por todo o trajeto. Além disso, uma família com trajes indígenas também acompanhou a cabocla de perto por uma parte razoável do cortejo. Sobre a presença do Caboclo no candomblé, ver: SANTOS, 1995.

Cerca de 40 quilômetros a oeste, Cachoeira foi palco dos primeiros incidentes militares entre tropas portuguesas e o primeiro contingente de tropas baianas – ainda não se denominavam “brasileiras” – no interior da província. No dia 24 de junho de 1822, em Belém, localidade próxima a Cachoeira, já estavam reunidas tropas, as quais dirigiram-se a Cachoeira no dia 25, no intuito de aclamar D. Pedro, nos moldes do que aconteceu em Santo Amaro. A Câmara Municipal conclamou o povo, que compareceu em massa à frente do prédio, a manifestar sua opinião favorável ao rompimento com as Cortes portuguesas. Mais tarde, realiza-se um Te Deum seguido de uma espécie de procissão pelas ruas da vila, celebrando a aclamação. A multidão foi alvejada por uma embarcação militar portuguesa ancorada no cais e também por portugueses que, de suas casas, atiraram contra brasileiros em Cachoeira e em São Félix, ainda uma freguesia ligada a Cachoeira, arraial na outra margem do rio Paraguaçu. Na noite deste dia, seguiram-se os ataques, que só pararam quando o povo das duas margens, em algumas canoas, tomou a escuna, já no dia 26.

Em 20 de agosto do mesmo ano, foi nesta vila que se instalou o Conselho Interino do Governo, tornando Cachoeira a capital da Bahia que se levantara contra o general Madeira de Melo e as Cortes de Lisboa (TAVARES, 2005). Ali funcionaram, além do governo provisório, instituições provinciais impossibilitadas de funcionamento ou necessárias para fazer frente à ocupação da capital Salvador pelas tropas portuguesas, como a imprensa oficial, a casa da moeda, o Hospital de guerra, dentre outros. Para tanto, a cidade sofreu obras de melhoria. Cachoeira também serviu de sede do Trem Militar, responsável pelo suprimento de armas e alimentos para os pontos militares que não tivessem quem os bancasse.

As festas de Cachoeira e São Félix são integradas em uma só, revelando a ligação histórica, geográfica, social e cultural entre as duas cidades.⁴ A data maior da festa – 25 de junho – faz justamente referência à primeira batalha entre portugueses e baianos narrada acima, marcando o começo da Guerra de Independência. Deste episódio, aliás, surge a primeira vítima baiana, o Tambor Soledade, imortalizado na famosa tela de Antônio Parreiras, com uma cópia na sala das sessões da Câmara Municipal e reproduzida em painel de azulejo numa das praças de Cachoeira.

No entanto, a festa de Cachoeira e São Félix não se limita ao dia 25 de junho. Dura um mês inteiro: de 1 de junho a 2 de julho. Começa com a “Levada do Pau da Bandeira”, que fica hasteado no final da Rua da Feira, uma das extremidades da cidade, marcando o lugar de início do desfile, sendo a outra extremidade no bairro do Caquende. São duas as figuras reverenciadas nesta festa: o Caboclo e a Cabocla, que ficam separados durante todo o ano, esta tendo como sede São Félix, aquele, Cachoeira. Esta é a única festa, além da de Salvador, que contempla o casal guerreiro.

Os dois se encontraram na noite do dia 24, no lado cachoeirano da Ponte Dom Pedro II, que liga as duas cidades. O Caboclo e a Cabocla são arrumados por filhos de santo de terreiros de candomblé da cidade e desfilam juntos no 25 de Junho. Deste dia em diante, vão mudando de localização, até serem recolhidos no dia 2 de Julho, tudo isso

⁴ Registro aqui o meu agradecimento ao historiador Fábio Batista pela revisão das informações sobre a festa de Cachoeira e São Félix.

acompanhado com desfiles, festas, fogos e “vivas”. Há, ainda, o acompanhamento de fanfarras e filarmônicas da cidade e da região. Ao final do desfile, na Praça da Aclamação, defronte da Câmara Municipal, são proferidos discursos por autoridades e notáveis locais. Recentemente, por conta do papel desempenhado pela localidade na Guerra de Independência, o Governo da Bahia passou a transferir a capital do Estado para Cachoeira, a cada 25 de junho, o que incrementou a agenda oficial dos festejos nesta data.⁵

A data da festa de Itaparica – 7 de janeiro – é referência à última investida lusitana contra a maior ilha da Baía de Todos os Santos. A decisão portuguesa de tomar a Ilha – tentado mais de uma vez – nasceu de dois fatores estratégicos para a manutenção da guerra: o acesso à farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios aí produzidos, como aves, ovos e frutas ou daí comercializados e o controle do acesso ao Recôncavo via Baía de Todos os Santos, pela posição estratégica de Itaparica no contexto geográfico, militar e econômico dos enfrentamentos.

A festa de Itaparica, cidade que recebeu do Império o título de Denodada, se dá em torno de um personagem, o caboclo, e de seu desfile pela cidade. Na verdade, o Sete de Janeiro começa antes, na noite da “puxada”, no dia 6, quando populares munidos de tochas levam o carro do Caboclo até o local de onde sairá no dia posterior. Na tarde do dia 7, dia da “levada”, os caboclos do grupo “Os Guarany’s”, saindo do bairro de Santo Antônio e passando pela capela do Campo Formoso, no Alto de Santo Antônio, vão até a prefeitura. Lá, tomam a imagem do caboclo nos braços e levam-no até o carro. (MOURA, 2007)

Daí, seguem levando o Caboclo no seu carro até a igreja matriz, recebendo por onde passam aplausos e gritos de “Viva o Caboclo”, “Viva o Sete de Janeiro”, “Salve os Heróis de 23” e “Viva Itaparica”. Músicas são executadas alternadamente pelos Guarany’s e uma pequena charanga e algumas fazem referência à Guerra de Independência em Itaparica. Chegando na igreja, o Caboclo fica na se mantém à porta (recebendo orações, afagos e pedidos) e os participantes do cortejo entram na mesma enquanto alguns participantes do cortejo, sobretudo as autoridades e militantes, adentram o recinto, onde é celebrado um Te Deum. De lá, continuam o trajeto, dão a volta em frente ao forte e vão à praça onde o Caboclo é arrumado e ficará exposto até o dia 9, quando acontece a “guardada”, quando o Caboclo é tirado dali e levado de volta à prefeitura.

Salinas das Margaridas e Saubara comemoram o seu desfile no próprio dia 2 de julho, tendo registros de cortejos de Caboclo desde final do século XIX.⁶ Estas duas festas

⁵ A cidade de Cachoeira passou a ser capital do Estado da Bahia pela Lei Estadual 10.695/07, enquanto o Hino ao Dois de Julho passou a ser considerado o Hino do Estado pela Lei Estadual 11.901/10.

⁶ As cidades de Itacaré, Valença, Jaguaripe e Caetité, (esta, a única cidade que dentre as citadas fora do recôncavo e do litoral do baixo sul) também fazem festejos no dia 2 de julho. O escritor Bartolomeu Mendes chega a aventar a possibilidade de a festa de Caetité ter origem ainda na década de 1820, por influência de dois veteranos oficiais, Marcelino José das Neves e o Major Silva Castro, mas não apresenta indícios da presença do Caboclo. Para a festa de 1914, Mendes registra, além de um grupo travestido de índio denominado “Tapuiada” e de “ranchos de caboclos”, a existência de “uma criança caracterizada simbolizando o ‘gênio nacional’, esmagando o dragão do despotismo.” Não seria exagero a dedução de que

contam com os principais elementos já mencionados anteriormente. Acontecem em forma de desfile de caboclo, cujo cortejo se esparrama pelas vias centrais da cidade, passando por prédios históricos, religiosos ou públicos. Observa-se a participação de estudantes, fanfarras e filarmônicas. Puxadas de carro, com direito a queima de “tochas” feitas de palha de coqueiro também incrementam estas festas.

Chama a atenção, no caso de Saubara, que a Cabocla tenha um nome próprio – Brígida – e que seja assim referida pelos saubarenses.⁷ Em situações corriqueiras entre homens e mulheres, é muito comum que estas afirmem serem “netas de Brígida”, como que para demarcar atributos da cabocla guerreira, como força, coragem, destemor. Esta festa também é marcada pela presença das Caretas do Mingau. São mulheres, das mais variadas idades, que saem às ruas na madrugada do dia 1º para o dia 2. Levam panelas com mingaus de diversos sabores, que são distribuídos pelo percurso. Param na frente de algumas casas e, sendo convidadas a entrar, agradecem os licores e a hospitalidade com danças e cantos de samba de roda.

Festas, conflitos, acomodações

Do mesmo modo que as identidades nacionais constroem narrativas que buscam apagar as diferenças e os conflitos no interior das comunidades imaginadas a que se referem, os desfiles de caboclo, reunindo narrativas identitárias locais em conexão com a identidade nacional, pretendem representar comunidades supostamente homogêneas e harmônicas. (ANDERSON, 2008) O discurso historiográfico tradicional, as artes literárias e mesmo os discursos oficiais proferidos pelos representantes políticos e órgãos governamentais da Bahia assumem a Guerra de Independência como uma grande aliança de baianos – fossem escravos, libertos, livres pobres, pequenos proprietários ou aristocratas escravocratas – amantes da liberdade contra os opressores portugueses. Assim, somem as tensões sociais próprias de uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual, onde a rebeldia era, em alguns momentos, o caminho escolhido pelos menos abastados. (GUERRA FILHO, 2004)

Esta versão harmônica da aliança pró-independência também é representada nos discursos sobre a festa do Dois de Julho. Em uma página eletrônica oficial da Prefeitura Municipal de Salvador, encontra-se a seguinte caracterização da festa:

O Dois de Julho é, sem dúvida, uma das datas mais significativas da Bahia. Mas, vai além do civismo. Para o povo baiano, que neste dia logo cedo está nas ruas esperando o carro do Caboclo e da Cabocla passar, é um cortejo de fé e uma celebração democrática, que abraça todas as legendas políticas, todas as manifestações religiosas e cada cidadão, seja de que raça for, do mais velho ao mais moço.⁸

a criança se vestira de índio, posto a posição de esmagar o dragão é típica das imagens de caboclo e cabocla nas demais festas. (MENDES, 2002. pp. 54-5).

⁷ Em Jaguaripe, a Cabocla chama-se Dona América.

⁸ Disponível em: < <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/festa-modelo.php?festa=10>>. Acessado em 09/01/2013. É digno de nota o fato desse texto tomar os soteropolitanos por baianos. Uma formulação como esta tem como base no desconhecimento de que outras 7 ou 8 cidades baianas comemoram o Dois de Julho, centralizando os festejos na capital.

O que trago aqui é a sugestão de que, assim como as pesquisas históricas mais recentes têm demonstrado que a guerra contra os portugueses não apagou, nem mesmo enquanto aconteciam, as diferenças sociais e política entre as mais diversas classes baianas, os festejos de caboclo do ciclo do Dois de Julho trazem elementos que se contrapõem a esta versão de que o Dois de Julho é uma celebração da harmonia baiana. Para Salvador, isso já foi demonstrado por Wlamyra Albuquerque e Hendrik Kraay. (ALBUQUERQUE, 1999; KRAAY, 2000) Importante estender as pesquisas às festas do interior, aguçando os ouvidos para aquilo que têm a dizer.

Há narrativas importantes contidas nas festas de caboclo que apontam para a desmistificação da harmonia baiana. Analisar a guerra a partir do eixo Cachoeira-Salvador dá relevo à atuação das autoridades provinciais e suas decisões, em detrimento da decisiva, conflituosa e plural participação popular, inscrita com muita força na memória histórica baiana e nas próprias festas. As questões de gênero, classe e raciais ficam, assim, escondidas. A insistência de elementos de afirmação da presença popular, negra, indígena e feminina nas festas do recôncavo indicam a necessidade de pensar esta presença também nos episódios de 1822-23.

Entender o que dizem as festas implica numa leitura do que dizem os autores que trabalham com temas como festas, carnavais, folguedos e congêneres e como os conflitos sociais são por eles tratados dentro de seus objetos.

De algum modo, acontece às festas de caboclo o caminho inverso do que Maria Clementina Pereira Cunha, no seu *Ecos da Folia*, verificou em relação ao carnaval carioca, no que diz respeito às tensões sociais frente à identidade nacional – vale a ressalva de que há aí uma tendência de considerar o espaço do Rio de Janeiro como uma síntese do Nacional. Para a autora, a apropriação do Samba e do Carnaval como elementos representativos da nação se dá diante de diversos embates, simbólicos e físicos. Assim, Cunha propõe

pensar o Carnaval nos termos de uma história social da cultura que o faça retornar ao leito dos conflitos, da mudança e do movimento próprios à história; chegar perto de tensões e diálogos entre sujeitos que nem sempre estão reconciliados sob o reinado de Momo. (CUNHA, 2001.)

A história do Carnaval no Rio de Janeiro é, nas décadas de transição do XIX para o XX, a história das tensões entre o impulso civilizatório e as manifestações populares, sempre vistas pelos agentes daquele (imprensa, polícia, agentes públicos) como alvo da “aversão generalizada pelo Carnaval dos cordões, associados à ‘capadoçagem’, à vagabundagem e ao crime” (p. 184), costumes bárbaros e atrasados. A autora conclui que:

ao final das duas primeiras décadas do século XX o perigo representado pela insistente presença dos trabalhadores pobres no Carnaval de rua parecia controlado, aos olhos dos guardiães da regeneração urbana, da civilização e da modernidade carnavalesca. [...] Com suspiros de alívio, as elites “pensantes” puderam ver nele uma “expressão nacional” em que a “alma do povo” afluía em sua verdadeira expressão, um momento de suspensão dos conflitos e de pacífica e alegre convivência social em um país possível. (CUNHA, 2001. p. 239)

Diferente do Carnaval do Rio, as festas de Caboclo já aparecem como celebrações nacionais, mesmo antes da metade do século XIX. O que não significa que a “pacífica e alegre convivência” fosse experimentada na capital da Bahia. Fato que comprova esta falta de consenso entre autoridades baianas e a população em geral é a enorme quantidade de documentos que descrevem desordens e desobediências no transcorrer dos desfiles. Também o é a introdução da Cabocla no desfile, que consta ter sido convocada a aplacar os ânimos rebeldes e extravagantes do guerreiro Caboclo. Também é factível que o Presidente da Província, um português de nascimento, quisesse, por aproximação com Catarina Paraguaçu, diminuir nos seguidores do Caboclo – negros e mestiços – o componente racial de sua insubordinação, posto que aquela índia havia sido esposa de um português (Diogo Álvares Correia, o Caramuru), mãe de mestiços e grande proprietária de terras. (AZEVEDO, 1969. p. 94 e ss.)

Isso para uma Bahia onde o fato de festejar nas ruas, da capital ou das vilas do interior, estava vivendo dias de tensão e onde o elemento racial era o centro das questões. Para João José Reis,

As festas negras tinham significados políticos que atravessavam a estrutura social no sentido horizontal e vertical. No primeiro sentido, elas dividiam ou provocavam alianças étnicas e sociais que configuravam estratégias de disputa, redistribuição ou administração de poder entre “iguais”. [...] No sentido vertical, as festas atravessavam circuitos políticos que envolviam escravos, senhores e autoridades policiais e políticas. (REIS, 2002. p. 112-13)

As autoridades baianas, bem como os senhores de terras e escravos, oscilavam entre uma política de repressão intolerante à la Conde da Ponte, ou uma política de permissividade paternalista à la Conde dos Arcos. A embalá-los, “Havia o terror produzido pelo medo da revolta negra, e havia o terror pelo medo da bárbara africanização da supostamente civilizada província.” (p. 126) Para muitos membros da elite baiana, a festa era a “ante-sala da revolta social” (p. 102); para outros tantos, “a festa africana representava uma ameaça ao projeto de uma Bahia civilizada à maneira europeia, além de ameaçar uma Bahia escravista bem real.” (p. 129) Para a assustada elite baiana, muitas vezes disposta a ver o Haiti aqui, festejar à moda africana já era, em si, uma subversão. Apesar disso, a presença festiva negra se impôs, física e simbolicamente, mesmo em festas do calendário católico, como na procissão do Senhor do Bonfim, ou em festas cívicas como o Dois de Julho.

Na virada do século, concomitante às disputas cariocas acerca dos rumos do carnaval, mais uma vez as autoridades baianas ainda se viam às turras com a participação popular e suas formas de festejar os Caboclos de Salvador. Tentaram intervir na festa, mudando-lhe o trajeto, que seria direcionado à Colina Sagrada, nos subúrbios da capital, buscando, assim, afastar as hordas de negros e mestiços que acompanhavam de maneira indesejável o cortejo cívico do coração da cidade.

Discutindo a partir de outra realidade histórica, Julio Caro Baroja afirma que “Sempre é o medo da violência anônima o que induz os legisladores a reprimir os velhos hábitos”, no caso, as diversões carnavalescas. (BAROJA, 2006. p. 166) Carnaval carioca e Desfiles do Dois de Julho foram duas manifestações que acabaram por sofrer vigilância das autoridades para que os ânimos de seus folguedos não ultrapassassem as fronteiras da ordem social vigente.

Já Natalie Zemon Davis discute a relação entre motivações religiosas e conflitos de classe através do que chama de “ritos de violência”. Tendo como foco as multidões dos levantes religiosos, seguindo a linha de raciocínio que levou Thompson a formular a ideia de “economia moral das multidões”, a autora afirma:

Podemos ver essas multidões sendo inspiradas por tradições políticas e morais que legitimam e até prescrevem sua violência. Podemos ver os integrantes de levantes urbanos não como uma massa miserável, instável e sem raízes, mas como homens e mulheres que frequentemente têm uma certa posição em sua comunidade, que podem ser artesãos ou algo melhor e que, mesmo quando pobres e não qualificados, podem parecer respeitáveis para seus vizinhos de todos os dias. Por último, podemos ver sua violência, não importa o quão cruel ela seja, não como causal e sem limites, mas dirigida a alvos definidos e escolhida dentre um repertório de punições e formas de destruição tradicionais. (DAVIS, 1990, p. X)

A afirmação de que “levantes religiosos são prováveis quando se acredita que as autoridades religiosas e/ou políticas falharam em seu dever ou precisam de ajuda para cumpri-lo” (p. 142) é completada pela constatação de que “a maior parte dos levantes religiosos é regulada pelos rituais, e a violência frequentemente parece uma curiosa continuação do rito” (p. 143). Muitas vezes, a violência popular estava ligada a rituais de purificação, baseados em modelos fornecidos pela própria linguagem religiosa, suas imagens e metáforas. (p. 140) Não raro, as festas religiosas oportunizaram a explosão de violência ritual. (p. 145)

Situação análoga, guardadas as especificidades históricas e as motivações, pode ser verificada nas diversas vezes em que os festejos do Dois de Julho (como algumas procissões da França quinhentista de Davis) descambaram para a violência. Na década de 1840, o caso envolvendo o Presidente Andréa (o mesmo que introduziu a Cabocla no desfile de Salvador) já foi descrito por muitos autores e analisado de perto em seu caráter antilusitano por Dilton Oliveira de Araújo em seu livro *O Tutu da Bahia*. (ARAÚJO, 2009) Havia, nas décadas posteriores à independência, um sentimento de injustiça espalhado pela população pobre que havia lutado e sofrido as dores da Guerra. Os festejos de Dois de Julho contribuíam de duas formas para a eclosão de revoltas antilusitanas: com o tema da libertação da Bahia e com a oportunidade de ajuntamento no decorrer do cortejo.

A participação do povo nos desfiles de caboclo imprimiu, e ainda hoje imprime, uma leitura da festa que, agregada a uma memória histórica sobre a própria guerra de independência, divergia das pretensões das autoridades baianas sobre o que e de que forma deveria ser comemorado. Como nos lembra Reis, “em lugar de concessão livre de cima, o direito à festa era resultado da pressão escrava” (REIS, 2002. p. 108). Acredito ser possível ampliar esta afirmação no sentido de reconhecer nos aspectos populares das festas de rua o resultado de resistência e negociação entre os de baixo e as autoridades, fossem escravos, libertos ou livres pobres. Assim, alguns elementos dos desfiles de caboclos devem abrir portas para a compreensão destes processos históricos e mesmo da memória histórica coletivamente partilhada sobre o Dois de Julho.

O que as festas contam sobre a Guerra?

Uma primeira resposta a essa questão deve mirar na direção de romper uma certa hegemonia que Salvador (capital ocupada) e Cachoeira (capital interina) exercem nas narrativas sobre a guerra. As festas de Itaparica e Saubara lembram que as batalhas não se restringiram às linhas de Cabrito-Pirajá e, o mais importante, que o protagonismo da guerra não se restringiu às autoridades baianas e às altas patentes do Exército Pacificador. No caso de Itaparica, a própria festa ser em data diferente do 2 de julho já é, por si só, uma indicação disso. A Ilha de Itaparica foi alvo de ataques portugueses durante alguns momentos da guerra. E a participação popular foi decisiva para frustrar os planos do General Madeira de controlar esta localidade, contando com a atuação de grande número de pessoas que nem estavam alistadas no Exército. Itaparica recebeu do Conselho Interino uma bandeira, em louvor dos “honrados Oficiais, Oficiais inferiores e valente guarnição de quem o Conselho espera tudo quanto promete a coragem acrisolada pela honra, e centuplicada pelo verdadeiro amor da Pátria”.⁹ A correspondência, remetida ao Comandante Antônio de Souza Lima, apenas faz menção aos membros das tropas brasileiras, mas a presença de pessoas comuns nestas batalhas está registrada na memória coletiva e em personagens como Maria Felipa.

A inscrição dessa heroína no panteão dos heróis de Itaparica merece uma maior atenção, por ser ela uma das poucas caras dadas à participação popular na guerra, apesar de pesquisas históricas em arquivos sobre a mesma terem apresentado resultados menos expressivos se comparados à tradição oral. Poderíamos citar o óbvio caso de Maria Quitéria, e de um tal Soldado Jacaré, o único foi possível localizar que fora citado “nominalmente”, não por sua rebeldia, mas por seus sucessos militares. (GUERRA FILHO, 2005) Mas, em geral, a fórmula consagrada desde Ignácio Accioly e Braz do Amaral de que o povo baiano foi o grande vencedor da guerra não encontra substância e concretude nestas narrativas. O protagonismo político fica, assim, restrito às altas rodas da aristocracia escravista baiana, instalada no Conselho Interino de Governo, nas altas patentes militares e nos cargos públicos nas vilas baianas.

Diferente de Maria Quitéria, heroína condecorada pelo Imperador dom Pedro I, Maria Felipa e suas companheiras, cujos nomes também ficaram esquecidos, lutaram como mulheres, vestidas como mulheres. (OSÓRIO, 1979. p. 304) Guerreiras, formaram uma espécie de batalhão feminino que acudiu às tropas regulares quando das investidas portuguesas à Ilha de Itaparica. Retirando-se os exageros que indicam terem estas mulheres combatido os portugueses aplicando-lhes golpes de cansação, fica o registro da presença feminina durante a guerra em momentos decisivos.

Entretanto, as mulheres participaram da guerra também de outras formas, além dos combates diretos. Neste caso, a festa de Saubara nos brinda com as já mencionadas Caretas do Mingau. A originalidade deste evento é explicada pelas participantes do grupo – o que é partilhado pelos saubarenses em geral – como sendo uma referência às suas antepassadas que iam, durante a guerra, levar alimentos aos seus maridos, filhos, pais e irmãos, que montavam guarda em trincheiras nas praias da localidade, distantes algumas centenas de metros do povoado.

⁹ APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 636, fl. 53.

A muita movimentação de navios portugueses, seus bombardeios e as tentativas de desembarque em Itaparica levaram os baianos a formar trincheiras em vários pontos do litoral da Baía de Todos os Santos. É o caso da freguesia de Saubara, cujo pároco, Manoel José Gonçalves Pereira – autodenominado “Vigário Comandante”! – registrou em numerosas correspondências a intensa movimentação na baía.¹⁰ Estes soldados em serviço eram, então, assistidos por mulheres que lhes levavam comida enquanto defendiam a costa do recôncavo.

Esta operação, contudo, exigia certo cuidado para que os portugueses não percebessem a operação e fizessem alvo também das voluntárias. Assim, levando em conta as narrativas atuais presentes na festa de Saubara, as mulheres apenas iam às trincheiras à noite, quando se vestiam com lençóis claros sobre os seus rostos, para que fossem confundidas com fantasmas, como ainda hoje fazem as Caretas do Mingau.

Não por acaso, em tantas cidades no interior da Bahia se ouve, no decorrer dos festejos de Independência, afirmações de que os fatos militares ali acontecidos foram decisivos para a vitória baiana, e, por consequência, responsáveis pela independência do Brasil e por sua decorrente unidade territorial. As populações destas cidades não saem às ruas para saudar apenas os tradicionais heróis da independência: mais que isso, reverenciam seus próprios heróis, que consideram injustiçados nas narrativas alheias. É comum ouvir, durante os cortejos de Caboclos e Caboclas, que “se não fosse o povo daqui, o Brasil não seria independente”. Estabelecer um diálogo entre tais festas e os estudos sobre a guerra de independência podem trazer para o centro do debate outras cores, sons e pluralidade, presentes e tão intensos nos desfiles pelo interior da Bahia.

Referências:

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Algazarra nas ruas*. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia*. Salvador: Edufba, 2009.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. Salvador: UFBA/CEAO, 1998.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969.
- BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos. *A Festa, o Drama e a Trama: cultura e poder nas comemorações da Independência da Bahia (1959-2017)*. Tese de Doutorado. Salvador: FFCH-UFBA, 2018.

¹⁰ Como em 25 de novembro de 1822: “As barcas inimigas não tem hoje cessado de cruzar esta Costa, a da Ilha dos Frades, e também se aproximaram a Itaparica para onde fizeram fogo, essa lhes fez: a Escuna esta manhã saiu do seu ancorador, e foi fundear alguma coisa mais abaixo: ontem por tarde depois de estar toda a flotilha fundeada ao pé da Escuna dita apareceram pela Ponta de Nossa Senhora 4 ou 5 embarcações nossas, sobre as quais saíram logo dois dos barcos inimigos; mas nada conseguirão; por que três voltaram, e duas com tropa se abrigarão em terra.” APEB, Seção Colonial-Provincial, maço 637-6.

BAROJA, Julio Caro. *El Carnaval: Analisis histórico-cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

COUTO, Edilece. MOURA, Milton. (2019). Oferendas e bilhetes para o Caboclo e a Cabocla na Festa do 2 de Julho na Bahia. *Revista Brasileira De História Das Religiões*, 12(34), 201-229.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia: Uma História Social do Carnaval Carioca entre 1880 e 1920*. 1ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. *O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004.

_____. Façanha Desconhecida (O Soldado Jacaré e os heróis anônimos da Guerra de Independência). ATarde (Caderno Cultural), Salvador, p. 2 - 3, 02 jul. 2005.

KRAAY, Hendrick. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, nº 23, 2000, pp. 49-87.

MENDES, Bartolomeu de Jesus. *A Festa do Dois de Julho em Caetité: do Cívico ao Popular*. Caetité: s/ ed., 2002.

MOURA, Milton Araújo. Os Caboclos de Itaparica. Interface de Brasis. In: I Colóquio Internacional de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007, Recife. I Colóquio Internacional de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Anais Eletrônicos. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.

OSÓRIO, Ubaldo. *A Ilha de Itaparica: História e tradição*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. In HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo II Volume 2*. São Paulo: Difel, 1972. pp. 242 a 311.

REIS, João J. O Jogo Duro do Dois de Julho: O “Partido Negro” na Independência da Bahia In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. “Tambores e Tremores: a Festa Negra na Bahia na Primeira Metade do Século XIX”, in CUNHA, Maria Clementina Pereira da (org.). *Carnavais e Outras F(r)estas: Ensaio de História Social da Cultura*. Campinas: Editora Unicamp/Cecult, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos. *O Dono da Terra: O Caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: SarahLetras, 1995.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EdUFBA, 2005.